

Greve de defensor público em BH chega a 100%

CARLA ALVES
REPÓRTER

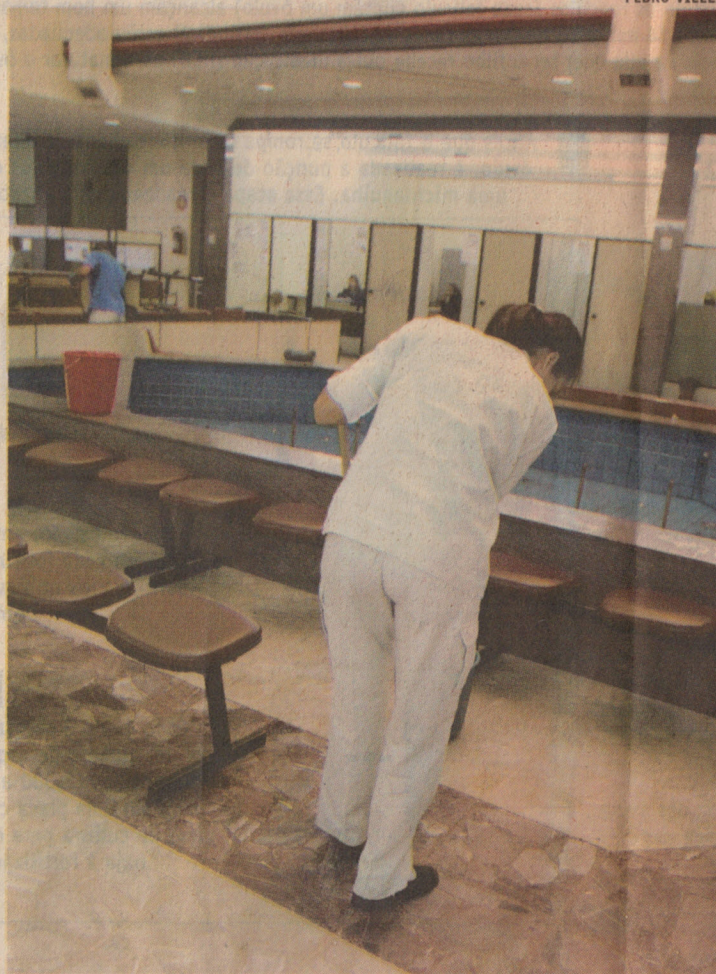
A greve dos defensores públicos continua hoje em todo o Estado e ainda não tem data para terminar. A orientação para a população é para que não procure os postos de atendimento em todo Estado. Na capital, a paralisação foi de 100%. Além da sede da Defensoria Pública – que funciona na avenida Augusto de Lima, no Barro Preto, – outras seis unidades de atendimento do órgão ficaram fechadas, de acordo com dados da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais (Adep).

Os dados da paralisação no interior não tinham sido divulgados até a noite de ontem. Em Minas, apenas 135 das 296 comarcas têm defensores públicos.

Ontem, algumas pessoas chegaram a ir para a fila durante a madrugada, mas pela manhã foram avisadas de que não haveria atendimento. De acordo com o presidente da Adep, Glauco David de Oliveira Sousa, o comando de greve irá manter plantão em todos os

locais de atendimento nos dias de greve para evitar que a população espere sem a garantia de atendimento. Por dia, cerca de cem senhas são distribuídas na Defensoria Pública. Ontem, no entanto, ninguém foi atendido.

Os defensores públicos querem a equiparação dos salários com outros cargos do Judiciário e ainda reclamam do sucateamento do órgão. Em Minas, um defensor público em início de carreira, segundo Sousa, recebe um salário de R\$ 2.180. A categoria reivindica receber cinco vezes esse valor. Eles aguardam o envio de um projeto de lei à Assembleia Legislativa regulamentando a isonomia salarial. Na última quinta-feira, a categoria teve um encontro com o secretário de Estado do planejamento, Antônio Augusto Anastasia, mas as negociações não avançaram. Por lei, segundo o presidente da associação, os defensores públicos deveriam receber os mesmos salários pagos aos promotores de Justiça, que gira em torno de R\$ 10 mil.



PEDRO VILELA

Mulher limpa sala vazia na sede da Defensoria Pública, no Barro Preto

Política salarial está em definição

A assessoria de imprensa da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão informou ontem que, no que diz respeito à questão remuneratória dos defensores públicos, o Estado estará cumprindo o cronograma instituído e enviará ainda este ano a política remuneratória do servidor público à Assembleia. A assessoria reforçou que são prioritários o pagamento em dia da folha de pessoal e o contingenciamento dos recursos necessários para a quitação da folha do 13º salário.

O subdefensor público geral, Ricardo Sales Cordeiro, disse ontem que não existe, por enquanto, qualquer expectativa de que o governo atenda as reivindicações dos defensores públicos. "O governo vem se esforçando, mas não é suficiente", disse. Ele informou que a contratação de mais defensores foi autorizada pelo governo. O edital do concurso público para as 167 novas vagas deverá ser publicado até o final deste mês. A lei orgânica do órgão estabe-

lece 918 cargos, mas apenas 420 estão ocupados.

O governo autorizou ainda o aumento do orçamento da Defensoria Pública de R\$ 122 mil para R\$ 155 mil e que poderá chegar a R\$ 245 mil até o final do ano, segundo o subdefensor. As despesas, no órgão, no entanto, chegam a R\$ 455 mil todo mês.

Enquanto governo e defensores públicos não entram num acordo quem sofre com a greve é a população carente. Sem emprego e passando dificuldades financeiras, a doméstica Estefânia Gonçalves Pereira, 28, levou a filha Katellen Vitória, de sete meses, à Defensoria Pública, ontem pela manhã, para tentar conseguir dar entrada no pedido de pensão alimentícia. "É muito difícil ficar na rua de madrugada com minha filha. Tem dia que eu não tenho o que comer dentro de casa. Mande meus outros dois meninos para a casa da avó porque não tinha condições de ficar com eles chorando com fome." (CA)